

**Câmara Temática de Geologia e Mineração - CTGM**

Ct 006/2014

Recife, 21 de Julho de 2014

Exmo. Sr.  
Paulo Teixeira  
M.D. Presidente da CPRH

Recife – PE

Senhor Presidente

Inicialmente queremos agradecer o vosso gesto democrático em receber em audiência as entidades representativas do setor técnico empenhadas diretamente na abertura e manutenção de novos empreendimentos sustentáveis na área de mineração.

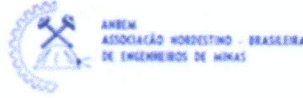
Ratificamos a necessidade premente de importantes avanços desta instituição, que orgulha a nós pernambucanos, e no sentido de corrigir-se atuais gargalos administrativos que tem trazido inúmeros prejuízos ao setor produtivo.

Destacamos prioritariamente os seguintes pontos:

1 – Agilização nas liberações de Licenciamentos Ambientais que atualmente demoram até 06 meses para as suas emissões e principalmente quando são conjugadas com outorgas da APAC.

2 – Necessidade de abreviarem-se as 03 licenças básicas atualmente concedidas (Prévia, Instalação e Operação) que por tanto demorarem em suas liberações levam o futuro minerador a desistir de seu empreendimento ou o que é pior: a empurra pra ilegalidade fazendo-o operar antes mesmo da legalização com todos os riscos sabidos.

Em outros estados existem tratamentos diferentes nesta questão de exploração mineral e alguns deles foram criadas Licenças simplificadas unindo-as numa só.



**Câmara Temática de Geologia e Mineração - CTGM**

3 – Atribuir-se um mesmo número de processo para cada empreendimento economizando assim apresentações repetitivas de documentos e juntadas a cada nova licença ou renovação pleiteada tal qual é sistematizado pelo DNPM.

4 – Emissão das Licenças com maior prazo de validade, a exemplo de diversos outros estados brasileiros que chegam a conceder licenças ambientais com até 08 anos (Goiás)

Como está previsto no próprio texto das Licenças de Operação o empreendedor obrigar-se-ia a apresentar a CPRH um relatório semestral das atividades que na prática levaria o órgão a acompanhar os trabalhos efetivamente realizados e intervir ou até mesmo cancelar a licença caso as operações não estivessem sendo conduzidas como autorizadas.

Finalmente reiteramos a necessidade de manter-se aberto os canais democráticos de diálogo da CPRH com as entidades que estão lidando diariamente com a ponta produtiva do sistema mineral.

Atenciosamente

AGP

ANBEM

CLUBE DE ENGENHARIA